

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1005099-60.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **WALLECE HENRIQUE BONIFÁCIO**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

WALLECE HENRIQUE BONIFÁCIO, representado por sua genitora Rosimeire Aparecida Bonifácio, pediu a condenação de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS** ao pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT, por lesão grave sofrida em acidente de trânsito ocorrido no dia 09 de outubro de 2013.

A ré foi citada e não contestou o pedido.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo para os autos o respectivo laudo, sobrevivendo manifestação do autor e do Ministério Público.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Sustenta o autor padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, atinente ao chamado Seguro DPVAT.

A indenização acaso devida decorre não apenas do sinistro, mas da existência de incapacidade funcional permanente, o que induz a necessidade de avaliação pericial.

Analisando o local em que se deu a lesão, o perito apontou que o membro inferior esquerdo do autor apresenta *"eutrófico, com tónus normal. Observo simetria dos diversos grupamentos musculares em relação ao contra-lateral. Movimentos articulares preservados (joelho e tornozelo). Ausência de deformidades, limitações de movimentos ou sinais inflamatórios. Sem aparente alteração do comprimento do membro"* (fl. 123). Concluiu, então, que *"o periciando não apresenta sequelas morfo-funcionais do acidente*

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

sofrido em 09/10/13 que se enquadrem em situações previstas na tabela DPVAT" (fl. 126).

Nada nos autos infirma tal conclusão.

Portanto, inexistindo invalidez de caráter permanente decorrente das lesões acarretadas pelo acidente, impossível o reconhecimento do direito à indenização securitária pleiteada.

Se o autor, na inicial, afirma certos fatos porque deles pretende determinada consequência de direito; esses são os fatos constitutivos que lhe incumbe provar sob pena de perder a demanda. A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato constitutivo milita contra o autor. O juiz julgará o pedido improcedente se o autor não provar suficientemente o fato constitutivo de seu direito (Vicente Greco Filho, Direito Processual Civil Brasileiro, Ed. Saraiva, 1989, 2º volume, página 183).

Diante do exposto, **rejeito o pedido** deduzido pelo autor.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 03 de março de 2017.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA